CARE PLUS MEDICINA ASSISTENCIAL LTDA

CNPJ Nº 02.725.347/0001-27

É MAIS SAÚDE PARA SUA EMPRESA.

ANS - nº 37.995-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. submete à apreciação, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Nós reconhecemos que as informações contidas neste relatório é um procedimento importante para formar uma opinião em todos os aspectos relevantes, sobre a nossa posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013.

Destinação do lucro

a) Demos cumprimento ao estabelecido no Contrato Social com relação às destinações do lucro, bem como, somos responsáveis em remeter e obter as aprovações referentes às retenções de lucros e do orçamento de capital.

b) Somos responsáveis pelas premissas utilizadas na elaboração do orçamento de capital, bem como pelo cumprimento deste orçamento.

c) Em 2013, mantivemos como política de destinação de parte dos lucros, a retenção do restante dos lucros ficou para constituição de nossa Margem de Solvência.

Riscos e incertezas

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, apuramos e registramos diversas estimativas contábeis, as quais foram computadas com base em dados consistentes, tendo sido divulgados nas demonstrações financeiras os riscos e incertezas inerentes a este processo.

Não há riscos e incertezas relacionadas ao uso de estimativas contábeis e nem vulnerabilidades ocasionadas por concentrações relevantes que não tenham sido divulgadas.

Negócios Sociais

Em 2013, o mercado segurador do ramo de saúde gerou grande utilização dos planos, porém, a empresa manteve sua meta de sinistralidade que ficou dentro das expectativas, contribuindo para um resultado de exercício conforme esperado, que manteve de forma positiva o desempenho da sociedade.

Reorganização societária

Não houve ao longo do exercício de 2013 e não está sendo ponderada nenhuma reorganização societária e alterações de controle direto e indireto da entidade.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes

Para os exercícios seguintes e para poder enfrentar eventuais novos momentos atípicos do mercado de seguro saúde, a Care Plus manter-se-á reformulando medidas de análise e controle em relação às despesas com utilização do plano de saúde, sem afetar sua principal característica, que é o atendimento de excelência. Continuará, também, revendo medidas de maior controle em relação às despesas administrativas com o intuito de manter seu equilíbrio econômico, independentemente de ações sazonais de mercado.

Principais investimentos realizados

Em 2013, também continuamos a investir em tecnologia com o objetivo de melhorar nossa performance e atendimento aos nossos associados, com recursos provenientes de nossas reservas financeiras.

Acordo dos acionistas

Para 2013 os acionistas resolveram efetuar parte da retirada de lucros, pois em 2012 optaram em não retirar, mantendo o objetivo de compor os valores necessários à efetivação da Margem de Solvência.

Capacidade financeira

A entidade possui capacidade financeira em disponíveis que configuram valores superiores aos necessários para manter sua operação de forma saudável, as quais são classificadas como recebíveis e disponíveis em aplicações financeiras que compreendem, principalmente, aplicações em fundos de investimentos, classificados como conservadores.

Emissão de debêntures

Não houve emissão de debêntures no ano de 2013.

Investimentos em sociedades coligadas e controladas

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. não possui sociedades coligadas e controladas.

Barueri, 06 de março de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante		69.654	47.488
Disponível		6.703	112
Realizável		62.951	47.376
Aplicações financeiras	4	56.723	42.588
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		23.846	12.520
Aplicações não vinculadas		32.877	30.068
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		488	55
Contraprestação pecuniária a receber	5	488	55
Créditos tributários e previdenciários		414	449
Bens e títulos a receber	6	5.326	4.284
Ativo não circulante		12.386	11.076
Realizável a longo prazo		30	344
Títulos e créditos a receber		30	-
Depósitos judiciais e fiscais		-	344
Imobilizado	7	11.958	10.732
Imóveis		8.127	8.269
Imóveis - não hospitalares / odontológicos		8.127	8.269
Imobilizado de uso próprio		3.831	2.463
Não hospitalares / odontológicos		3.831	2.463
Intangível		398	-
Total do ativo		82.040	58.564

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante		54.154	38.487
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		30.078	21.742
Provisões de prêmios / contraprestações		71	121
Provisão para remissão		71	121
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	9	129	81
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	9	8.150	8.304
Provisão para eventos / sinistros de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	9c	21.728	13.236
Débitos de operações de assistência à saúde		282	251
Comercialização sobre operações		225	251
Operadoras de planos de assistência odontológica		57	-
Provisões		781	532
Provisões para ações judiciais	10	781	532
Tributos e encargos sociais a recolher	11	3.080	2.744
Débitos diversos	12	19.933	13.218
Passivo não circulante		111	105
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		32	26
Provisão para remissão		32	26
Provisões		79	79
Provisões para tributos diferidos		79	79
Patrimônio líquido / patrimônio social		27.775	19.972
Capital social / patrimônio social	13	6.300	6.000
Reservas		21.475	13.972
Reservas de capital / reservas patrimoniais		492	420
Reservas de lucros / sobras / retenção de superávits		20.983	13.552
Total do passivo		82.040	58.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - *(Em milhares de reais)*

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde		317.888	256.655
Receitas com operações de assistência à saúde	14a	322.526	260.283
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	14b	(4.638)	(3.628)
Eventos indenizáveis líquidos		(242.688)	(200.887)
Eventos / sinistros conhecidos ou avisados		(234.196)	(197.570)
Variação da provisão de eventos / sinistros ocorridos e não avisados		(8.492)	(3.317)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		75.200	55.768
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		897	1.452
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		1.314	-
Outras receitas operacionais		1.314	-
Outras despesas operacionais		(355)	(165)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(87)	(102)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(136)	-
Provisão para perdas sobre créditos		(132)	(63)
Resultado bruto		77.056	57.055
Despesas de comercialização	14c	(28.252)	(22.844)
Despesas administrativas	14e	(34.552)	(27.174)
Resultado financeiro líquido		4.068	2.671
Receitas financeiras	14f	4.503	3.153
Despesas financeiras	14g	(435)	(482)
Resultado patrimonial		649	-
Receitas patrimoniais		726	-
Despesas patrimoniais		(77)	-
Resultado antes dos impostos e participações		18.969	9.708
Imposto de renda	16	(4.920)	(2.472)
Contribuição social	16	(1.779)	(898)
Resultado líquido		12.270	6.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - *(Em milhares de reais)*

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	12.270	6.338
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	72	-
Resultados abrangentes total	12.342	6.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 - *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2012	6.000	420	8.214	-	14.634
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.683	6.683
Distribuição do resultado:					
Distribuição mínima assegurada	-	-	-	(1.236)	(1.236)
Distribuição complementar	-	-	-	(109)	(109)
Retenção de juros sobre o capital próprio líquido de IRRF	-	-	345	-	345
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(345)	(345)
Reserva de lucros	-	-	4.993	(4.993)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6.000	420	13.552	-	19.972
Aumento de capital	300	-	-	-	300
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	72	-	-	72
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.270	12.270
Distribuição do resultado:					
Distribuição mínima assegurada (nota 13c)	-	-	-	(1.346)	(1.346)
Distribuição complementar (nota 13c)	-	-	-	(3.493)	(3.493)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(256)	(256)
Retenção de juros sobre o capital próprio líquido de IRRF	-	-	256	-	256
Reserva de lucros	-	-	7.175	(7.175)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	6.300	492	20.983	-	27.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2013	2012
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	322.349	260.643
(+) Resgate de aplicações financeiras	172.757	138.708
(+) Outros recebimentos operacionais	4.851	772
(-) Pagamentos a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(227.201)	(196.201)
(-) Pagamento de comissões	(30.878)	(23.042)
(-) Pagamento de pessoal	(25.363)	(20.319)
(-) Pagamento de pró-labore	(863)	(134)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(6.365)	(5.695)
(-) Pagamento de tributos	(9.752)	(5.606)
(-) Pagamento de contingências (cíveis / trabalhistas / tributárias)	(9)	(30)
(-) Pagamento de aluguel	-	(177)
(-) Aplicações financeiras	(183.669)	(147.715)
(-) Outros pagamentos operacionais	(4.824)	(762)
Caixa líquido das atividades operacionais	11.033	442
Atividades de investimentos		
(+) Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	38	123
(-) Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(284)	(90)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(246)	33
Atividades de financiamento		
(+) Outros recebimentos de atividades de financiamento	550	77
(-) Pagamento de participação nos resultados	(4.746)	(1.133)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(4.196)	(1.056)
Variação líquida de caixa	6.591	(581)
Caixa - saldo inicial	112	693
Caixa - saldo final	6.703	112
Ativos livres no início do exercício	30.180	21.574
Ativos livres no final do exercício	39.580	30.180

A reconciliação entre o caixa líquido das atividades operacionais, e o resultado do exercício está apresentada na nota 18.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. (doravante designada por "Operadora"), foi fundada em 1998 e constituída sob a forma de sociedade limitada. A Operadora, cuja sede está situada na Avenida Sagitário, nº 138 - em Alphaville, São Paulo, atua como operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, sem serviços próprios, operando exclusivamente através de rede credenciada ou contratada.

A Operadora é controlada direta da Service Care Participações e Negócios S.A., que detém 75% do seu capital. O restante é detido pelo seu acionista, pessoa física, Roberto Laganá Pinto (também acionista da Service Care).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 21 de março de 2014.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com a Resolução Normativa nº 322/13 e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290, de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas de nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322, de 28 de março de 2013, e nº 344, de 20 de dezembro de 2013.

Na data de publicação dessas demonstrações financeiras, a ANS ainda não havia referendado os pronunciamentos técnicos CPC nº 11 que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método direto, conforme faculdade dada pela RN nº 322/13 da ANS.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Operadora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Operadora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais estão divulgadas nas Notas 2(i) e 2(ii).

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Operadora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas sob o regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros que são mensurados ao valor justo para as categorias "ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda".

Estimativas e julgamentos

i) *Julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Operadora requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras individuais. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões técnicas de operações de assistência à saúde, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

(ii) *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

A. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução Normativa (RN) nº 209, de 22 de dezembro de 2009 da ANS, e tem como base os critérios e métodos descritos em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Provisão de benefícios concedidos - É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão, cujo valor é determinado com base em cálculos atuariais, observando aos dispostos nas Resoluções Normativas nº 75, de 10 de maio de 2004, e nº 104, de 20 de junho de 2005 da ANS.

Provisão de eventos a liquidar - É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperação, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras individuais.

SUS - Conforme as determinações contidas no Ofício-Circular nº 03/2010/DIRAD/DIOPE/ANS, os pedidos de ressarcimentos de despesas pelo Sistema Único de Saúde - SUS, caracterizados como assistência social, devem ser reconhecidos de acordo com a IN/DIOPE nº 32, de 11 de setembro de 2009, e contabilizados na rubrica "Outras provisões técnicas" em contrapartida ao resultado do exercício "Despesas Operacionais".

Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) - É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora, sendo calculada com base em métodos atuariais que levam em consideração a experiência passada, utilizando-se de triângulos de "*run-off*" para o período de 12 meses.

B. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças das faturas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Operadora adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Uma provisão para perdas sobre crédito sobre as contraprestações é constituída por valor equivalente ao montante das parcelas vencidas há mais de 90 dias, a qual representa a melhor estimativa da Administração em relação a possíveis perdas incorridas diante do baixo índice de inadimplência de contas a receber.

Perdas históricas e condições econômicas atuais podem não ser necessariamente um indicativo de perdas futuras, e o impacto de condições econômicas em cada um de seus clientes é difícil de ser estimado. As quantias incobráveis futuras não refletidas nas estimativas atuais, alterará a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de registro na demonstração do resultado.

C. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Operadora está sujeita no curso normal dos seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária, civil e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Operadora, poderemos ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

D. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

(a) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. A Operadora não possui ativos contingentes registrados.

(b) Passivos contingentes - são formalizados quando a Operadora tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Adicionalmente, quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

E. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, ele é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, riscos de liquidez, riscos de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

F. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

G. Alteração do Modelo de Publicação

Em 20 de dezembro de 2013, a ANS publicou a Resolução Normativa – RN nº 344 que alterou a Resolução Normativa – RN nº 290 de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, alterando o modelo de publicação. Foram promovidos ajustes nos saldos anteriormente divulgados em 31 de dezembro de 2012, de maneira a garantir a comparabilidade das demonstrações financeiras:

	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado
Ativo			
Circulante	47.488	-	47.488
Disponibilidades	112	-	112
Realizável	47.376	-	47.376
Aplicações financeiras	42.588	-	42.588
Aplicações vinculadas a provisões técnicas	-	12.520	12.520
Aplicações não vinculadas	-	30.068	30.068
Créditos das operações com planos de assistência à saúde	4.788	-	4.788
Contraprestações pecuniárias a receber	55	-	55
Títulos e créditos de operações com plano de assistência à saúde	3.729	555	4.284
Títulos e créditos a receber	1.004	(555)	449
Ativo não circulante	11.076	-	11.076
Realizável a longo prazo	344	-	344
Valores e bens	344	-	344
Imobilizado	10.732	-	10.732
Bens móveis - não hospitalares	2.463	-	2.463
Imóveis	8.269	-	8.269
Total do ativo	58.564	-	58.564

	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado
Passivo			
Circulante	37.955	532	38.487
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13.357	81	13.438
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	13.236	-	13.236
Provisão de benefícios concedidos	121	-	121
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	-	81	81
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	8.304	-	8.304
Débitos de operações de assistência à saúde	251	-	251
Comercialização sobre operações	251	-	251
Provisões	-	532	532
Provisões para ações judiciais	-	532	532
Contas a pagar	16.043	(13.299)	2.744
Obrigações com pessoal	1.787	(1.787)	-
Tributos e contribuições a recolher	2.744	-	2.744
Empréstimos e financiamentos	109	(109)	-
Fornecedores	832	(832)	-
Provisões	81	(81)	-
Prêmios e emolumentos recebidos	10.490	(10.490)	-
Débitos diversos	-	13.218	13.218
Passivo não circulante	637	(532)	105
Provisão de benefícios concedidos	26	-	26
Provisões			
Provisões para tributos diferidos	79	-	79
Provisões para demandas judiciais	532	(532)	-
Patrimônio líquido	19.972	-	19.972
Capital social	6.000	-	6.000
Reservas de lucros	13.552	-	13.552
Ajustes de avaliação patrimonial	420	-	420
Total do passivo	58.564	-	58.564

	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado
Demonstrações de resultados			
Contraprestações efetivas de operações com plano de assistência à saúde	256.655	-	256.655
Contraprestações líquidas	260.283	-	260.283
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(3.628)	-	(3.628)
Eventos indenizáveis líquidos	(200.887)	-	(200.887)
Eventos indenizáveis	(211.990)	14.420	(197.570)
Variação da provisão de eventos / sinistros ocorridos e não avisados	-	(3.317)	(3.317)
Recuperação de eventos indenizáveis	11.103	(11.103)	-
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	55.768	-	55.768
Despesas de comercialização	(22.844)	22.844	-
Despesas administrativas	(27.174)	27.174	-
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	-	1.452	1.452
Outras receitas e despesas operacionais	1.287	(1.452)	(165)
Outras receitas operacionais	1.452	(1.452)	-
Provisão para perdas sobre créditos	(63)	-	(63)
Outras	(102)	-	(102)

	Divulgação anterior	Ajuste	Saldo ajustado
Resultado operacional	7.037	50.018	57.055
Despesas de comercialização	-	(22.844)	(22.844)
Despesas administrativas	-	(27.174)	(27.174)
Resultado financeiro líquido	2.671	-	2.671
Receitas financeiras	3.153	-	3.153
Despesas financeiras	(482)	-	(482)
Resultado antes dos impostos e participações	9.708	-	9.708
Imposto de renda	(2.472)	-	(2.472)
Contribuição social	(898)	-	(898)
Resultado líquido antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	6.338	-	6.338
Reversão dos juros sobre o capital próprio Registrado em despesas financeiras	345	(345)	-
Resultado líquido do exercício	6.683	(345)	6.338
Quantidade de cotas	6.000.000	-	6.000.000
Lucro líquido por cota	1,11		1,06

Em função das alterações introduzidas pela RN nº 344 estarem relacionadas com o nível de detalhamento de determinadas contas no balanço, não há a necessidade de se apresentar a coluna relacionada em 1º de janeiro de 2012, no balanço patrimonial.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistentes nos exercícios apresentados.

A. Ambiente regulatório

Compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("OPS"), inclusive políticas de comercialização e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Nesse contexto, OPS classificadas nas categorias de administradora, cooperativa médica, cooperativa odontológica, filantropia, medicina de grupo e odontologia de grupo, estão sujeitas às exigências regulatórias da ANS.

A Care Plus Medicina Assistencial Ltda. possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de operadora de planos médicos coletivos com cobertura de risco, encontra-se autorizada para funcionamento desde 20 de julho de 2007.

B. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes a caixa incluem numerários em caixa ou disponíveis em conta corrente da rede bancária e investimentos financeiros em moeda nacional, cujo vencimento original é igual ou inferior a três meses a contar da data de aquisição, e que apresentem risco insignificante de mudança do valor justo que são monitorados pela Operadora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo. As totalidades dos montantes que atendem cumulativamente os critérios de caixa e equivalente de caixa estão registradas na rubrica "Caixa e bancos" e referem-se a saldos de contas correntes mantidas em instituições financeiras.

C. Instrumentos financeiros

1. Classificação

A Operadora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Compreendem, principalmente, títulos e valores mobiliários, créditos das operações com assistência à saúde, contas a pagar e os débitos de operações com assistência à saúde.

Os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados conforme seguem:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante independentemente dos seus prazos de vencimento. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos não derivativos, e que não tenham sido classificados como ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Operadora avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, pelo seu valor líquido de efeitos tributários.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, as contraprestações a receber que são registradas no grupo "Créditos das operações com planos de assistência à saúde".

2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Operadora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo ou custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

D. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são contratados na modalidade de preço "preestabelecido" e são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado "contraprestações líquidas", sendo reconhecidos quando da emissão das faturas de cobrança, observando o período de cobertura contratual que se findam dentro dos próprios meses.

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura, o valor correspondente é registrado como faturamento antecipado, onde permanecerá até o início do período de cobertura, ocasião em que serão apropriadas.

E. Imobilizado

Demonstrados ao custo de aquisição e são compostos, substancialmente, por móveis e utensílios, equipamentos de informática, veículos e imóvel de uso próprio, sendo que a depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas divulgadas na Nota nº 7.

Para fins contábeis, a Operadora estabelece a distinção entre os contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil líquido e são incluídos no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

F. Arrendamento financeiro

Os arrendamentos em cujos termos a Operadora assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

G. Outros passivos circulantes e não circulantes

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Outros passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões são reconhecidas quando a Operadora tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

H. Benefícios a empregados

O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos. Não há planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-emprego.

A Operadora mantém diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, assistência dental, seguro de vida em grupo e participação nos lucros.

O plano de assistência médica e dental é oferecido a todos os seus funcionários, com benefícios definidos em cláusulas contratuais sem ônus.

O seguro de vida também é oferecido a todos os funcionários, sem qualquer ônus, a partir da data de admissão na Operadora.

A Operadora tem planos de distribuição de lucros para empregados, nos termos de acordos coletivos de trabalho celebrados. O valor pago a cada empregado pode variar de 10% a 40% do salário, dependendo da performance do empregado nas avaliações individuais de desempenho.

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício e aprovação das demonstrações financeiras pelos sócios, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Operadora.

I. Tributos sobre a prestação de serviços

A Operadora está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%; e
- Impostos sobre Serviços (ISS) - 2%.

J. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual que excede a R$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9%, aplicada sobre a base de cálculo definida pela legislação em vigor.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar (ou a recuperar) esperado sobre o lucro (prejuízo) tributável do exercício, às taxas correntes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

K. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas contabilmente em regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos planos médicos com cobertura de risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.

O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a classificação e composição das aplicações estão detalhadas abaixo:

	Valor 2013 Custo	Valor 2013 Mercado	Valor 2012 Custo	Valor 2012 Mercado	2013 Vencimento indeterminado
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado					
Fundo abertos de renda fixa (a)	56.003	56.003	41.941	41.941	56.003
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Ações	647	720	227	647	720
Total	56.650	56.723	42.168	42.588	56.723

(a) Do montante total, o valor de R$ 23.846 (R$12.520 em 2012) refere-se a fundos garantidores que dependem da autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para serem movimentados.

Fundos de investimento

	2013	2012
Itaú - Large Corp DI referenciado	16.369	16.344
HSBC FI RF ANS	18.235	7.254
SANTANDER FI ANS RF	5.611	5.266
BNP - Targus DI FIC Referenciado	9.104	6.650
BNP – Credit FI RF CP LP	2.697	2.516
Banco JP Morgan S.A.	3.987	3.911
Total	56.003	41.941

Garantia das provisões técnicas

As provisões técnicas estão assim constituídas:

	2013	2012
Provisão de eventos / sinistros a liquidar	457	500
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	21.728	13.236
Total provisões técnicas	22.185	13.736
Cotas de fundos de investimento	23.846	12.519
Imóveis (a)	915	915
Total ativos garantidores	24.761	13.434
Suficiência	2.576	(302)

(a) Refere-se a três salas comerciais vinculadas.

As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da Resolução Normativa – RN nº 159 de 3 de julho de 2007 e alterações posteriores, que dispõem sobre a aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras. É opcional a vinculação de ativos garantidores para a parcela de Provisão de eventos/sinistros a liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 30 dias, conforme os critérios dispostos na RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Operadora possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos da RN nº 227/10.

A seguir, apresenta-se a movimentação das aplicações:

2013

Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	42.588	183.669	(172.757)	3.887	(664)	56.723

2012

Descrição	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	IRRF	Saldo final
Aplicações	31.926	147.716	(139.300)	2.772	(526)	42.588

Determinação do valor justo

As cotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da cota informado pelos Administradores dos fundos na data de levantamento das demonstrações financeiras. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo das ações é apurado com base na cotação das ações, na data de fechamento, divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

- Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.
- Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: Ativo que não seja precificado com base em dados observáveis no mercado, sendo necessária a utilização de premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Os títulos e valores mobiliários na categoria "Valor justo por meio do resultado" enquadram-se no nível 2 da hierarquia do valor justo, segundo suas características de valorização e ações do mercado aberto enquadram-se no nível 1 da hierarquia.

	2013 Nível 1	2013 Nível 2	2013 Total	2012 Nível 1	2012 Nível 2	2012 Total
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fundo aberto de renda fixa	-	56.003	56.003	-	41.941	41.941
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Ações	720	-	720	647	-	647
Total	720	56.003	56.723	647	41.941	42.588

5. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição dos prêmios a receber está assim demonstrada:

	2013	2012
Contraprestações a vencer	18	34
0 a 30 dias	18	34
Contraprestações vencidas		
0 a 30 dias	342	18
31 a 60 dias	24	6
61 a 90 dias	122	-
91 a 120 dias	9	1
121 a 180 dias	2	-
181 a 365 dias	65	38
Acima de 365 dias	22	331
Total vencidos	586	394
Total contábil	604	428
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(116)	(373)
Contraprestações pecuniárias a receber	488	55

Movimentação das contraprestações pecuniárias a receber:

	2013	2012
Saldo inicial	428	502
Contraprestações líquidas	322.525	260.283
Recebimentos	(322.349)	(260.357)
Saldo final	604	428

Movimentação da provisão para riscos de créditos:

	2013	2012
Saldo inicial	(373)	(464)
Reversões	257	91
Saldo final	(116)	(373)

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2013	2012
Adiantamento de sinistros	3.717	3.917
Adiantamento de comissões (de 1 a 30 dias)	2.354	772
Adiantamento a fornecedores	-	188
Outros títulos a receber	78	555
Glosas a recuperar	1.357	972
Provisão para perdas sobre créditos	(2.180)	(2.120)
Total	5.326	4.284

A seguir, apresentamos a composição de adiantamento de sinistros:

	2013	2012
A vencer	1.524	1.664
Vencidos		
1 a 30 dias	4	170
31 a 60 dias	5	48
61 a 90 dias	3	38
91 a 120 dias	-	33
121 a 365 dias	75	198
Acima de 365 dias	2.106	1.766
Total	3.717	3.917

7. IMOBILIZADO

2013

Descrição	Taxa média anual	Saldo inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo final
Máquinas e equipamentos	10%	181	19	(8)	(31)	161
Veículos (*)	10%	802	411	(222)	(119)	872
Móveis e utensílios	10%	540	36	(28)	(91)	457
Instalações	10%	194	5	(30)	(70)	99
Equipamentos de informática	20%	463	539	(8)	(189)	805
Equipamentos de telefonia	10%	21	-	(21)	-	-
Imóveis (*)	1,8%	8.269	-	-	(142)	8.127
Outras imobilizações	10%	262	-	(224)	(5)	33
Sistemas de informática (**)	20%	-	1.635	-	(231)	1.404
Total		10.732	2.645	(541)	(879)	11.958

2012

Descrição	Taxa média anual	Saldo inicial	Adições	(Baixas)	(Depreciações)	Saldo final
Máquinas e equipamentos	10%	206	6	-	(31)	181
Veículos (*)	10%	925	-	-	(123)	802
Móveis e utensílios	10%	699	14	(91)	(82)	540
Instalações	10%	161	81	-	(48)	194
Equipamentos de informática	20%	458	183	-	(178)	463
Equipamentos de telefonia	10%	15	15	-	(9)	21
Imóveis	-	8.269	-	-	-	8.269
Outras imobilizações	10%	224	108	-	(70)	262
Total		10.957	407	(91)	(541)	10.732

(*) As taxas de depreciação dos veículos foram determinadas com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação.

(**) As adições referem-se, substancialmente, à aquisição de licença de banco de dados ocorrida no exercício.

8. PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS

A conta "Prêmios e emolumentos recebidos" registra as contraprestações recebidas em antecipação ao período de cobertura de riscos, em contratos firmados na modalidade de "pré-pagamento", sendo esses valores baixados em até 30 dias.

Movimentação da conta de prêmios e emolumentos recebidos:

	2013	2012
Saldo inicial	10.490	9.645
Recebimentos	189.586	118.470
(-) Baixas	(182.971)	(117.625)
Saldo final (Nota 12)	17.105	10.490

9. PROVISÕES TÉCNICAS

	2013	2012
Provisão de eventos a liquidar - SUS	129	81
Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde	8.150	8.304
	8.279	8.385

a) *Movimentação de eventos a liquidar*

	2013	2012
Saldo inicial	8.304	7.848
Eventos indenizáveis	234.196	211.990
Eventos a pagar SUS	129	82
Recuperação de eventos indenizáveis	(10.487)	(11.103)
Eventos pagos	(216.912)	(197.196)
Outros prestadores de serviços médicos	(6.951)	(3.317)
Saldo final	8.279	8.304

b) *Tempo de permanência*

	2013	2012
0 a 30 dias	7.125	8.056
31 a 60 dias	255	14
61 a 90 dias	142	-
91 a 120 dias	30	-
Mais de 120 dias	48	-
Total Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	7.600	8.070
0 a 30 dias	538	153
31 a 60 dias	5	-
61 a 90 dias	-	-
91 a 120 dias	3	-
Mais de 120 dias	4	-
Total Reembolso	550	153
Total Geral	8.150	8.223
Sem data de vencimento (SUS)	129	81

c) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)*

Durante o exercício de 2013, a Operadora obteve aprovação da sua nota técnica para a constituição da provisão para eventos ocorridos e não avisados.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2013, para provisão para eventos ocorridos e não avisados é de R$ 21.728 (R$ 13.236 em 2012), considerando os critérios estabelecidos pela RN nº 209 de 22/12/2009.

10. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Operadora é parte envolvida em processos cíveis que estão sendo discutidos, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Em 31 de dezembro de 2013, a Operadora mantinha uma provisão de R$ 781 (R$ 532 em 2012), correspondentes a processos cujo risco de perda foi considerado provável.

A movimentação dessas provisões no exercício de 2013, segundo sua natureza, pode ser assim resumida:

	2012	Adições	Baixas	2013
Ações cíveis	532	474	(225)	781

A Operadora responde a 57 processos de natureza cível, relacionados a não cobertura assistencial com expectativa de perda provável, os quais estão em diversas fases de tramitação.

A Operadora está envolvida em 34 outros processos cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, tem expectativa de perda classificada como possível e, portanto, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas nestes processos.

Na opinião da Administração, não se espera que qualquer um desses processos tenha um efeito material sobre a posição financeira ou os resultados das operações da Operadora. Em 31 de dezembro de 2013, os montantes de risco máximo desses processos é de R$ 783 (R$ 319 em 2012).

De acordo com a legislação vigente, as operações das Companhias estão sujeitas a revisões das Autoridades Tributárias pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos federais, estaduais e municipais. Não há prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de encargos trabalhistas e sociais. Como decorrência dessas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionadas e os valores identificados ficam sujeitos à multa, juros e atualização monetária.

11. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

Os valores apresentados no passivo circulante contemplam:

a) Provisões

	2013	2012
Imposto de renda (Nota 15)	4.920	2.472
Antecipação de imposto de renda	(3.407)	(1.448)
Contribuição social (Nota 15)	1.779	898
Antecipação de contribuição social	(1.147)	(497)
	2.145	1.425
b) Tributos e contribuições a recolher		
PIS e COFINS	3	420
Contribuições previdenciárias	448	358
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	97	97
Outros	387	444
	935	1.319
Total	3.080	2.744

12. DÉBITOS DIVERSOS

Os valores apresentados no grupo de Débitos Diversos contemplam:

Provisões

	2013	2012
Obrigações com pessoal	2.535	1.787
Fornecedores	54	832
Prêmios e emolumentos recebidos (Nota 8)	17.105	10.490
Outros débitos a pagar	239	109
	19.933	13.218

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 6.300, composto por 6.300.000 quotas sem valor nominal. A composição acionária é a seguinte:

Cotistas	Quotas subscritas e integralizadas	Participação
Roberto Laganá Pinto	1.575.000	25%
Service Care Participações e Negócios S.A.	4.725.000	75%
Total	6.300.000	100%

b) Reserva de lucros

As reservas de lucros foram constituídas a partir das destinações dos lucros anuais não distribuídos aos cotistas, podendo ser destinada a aumento de capital, absorção de prejuízos ou distribuição complementar aos cotistas, proposta pela Diretoria e aprovadas pelos cotistas.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio propostos

De acordo com contrato social, os lucros apurados poderão ser utilizados na compensação de prejuízos acumulados, distribuídos aos cotistas, retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou reservas da sociedade ou capitalizados.

Conforme deliberação dos cotistas, formalizada em ata, os lucros podem ser distribuídos de forma antecipada e não proporcional à participação dos cotistas no capital, sendo assegurada a um dos cotistas uma antecipação mínima por conta de lucros do exercício de R$ 1.346.

O saldo apurado após essa antecipação, é distribuído entre os sócios proporcionalmente à sua participação no capital social.

O valor de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 256 (R$ 345 em 2012), foi retido em 2013 e transferido para conta de reserva de lucros.

Em 2013, foram distribuídos dividendos no montante de R$ 4.839 (R$ 1.236 em 2012), aprovados em atas de reunião de cotistas para aprovação das demonstrações financeiras dos respectivos exercícios.

Descrição	2013	2012
Lucro líquido do exercício	12.270	5.298
Juros sobre o capital próprio	-	(345)
Dividendos sobre resultados	(1.346)	(1.242)
Proposta de distribuição	(1.346)	(1.587)
Total de lucros	12.270	5.298
(-) Dividendos adicionais distribuídos	(3.493)	(1.638)
Constituição de reserva de lucros	7.175	3.608

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Operadora aprovou a distribuição a seus cotistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), incluindo o valor do dividendo. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio calculados em 31 de dezembro de 2013, totalizou R$ 256, foram contabilizados como despesa financeira, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras individuais, os juros sobre o capital próprio foram revertidos da conta de despesas financeiras, tendo como contrapartida a conta de reserva de capital (lucros acumulados).

14. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	2013	2012
a) Receitas operacionais brutas	322.526	260.283
b) Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(4.638)	(3.628)
COFINS	(2.458)	(1.892)
PIS	(562)	(506)
ISS	(1.618)	(1.230)
c) Despesas comerciais	(28.252)	(22.844)
Pré Pagamento	(28.252)	(22.844)
d) Outras receitas e despesas operacionais	1.856	1.287
Prêmio e reembolsos recebidos (*)	1.162	-
Receita de agenciamento	75	-
Receita de sinistros administrados	77	-
	1.314	-
Outras receitas operacionais	897	1.452
Despesas com administração de carteiras	(87)	(68)
Despesas com confecção de livros	-	(34)
Despesa com constituição de provisão de perda	(132)	(63)
Despesa prevenção de riscos e doenças	(136)	-

(*) A Operadora recebe mensalmente da Odontoprev S/A., que opera no segmento odontológico, a título de administração da carteira conjugada existente, uma remuneração equivalente a 7% sobre o faturamento mensal líquido de impostos diretos da referida carteira.

	2013	2012
e) Despesas administrativas	(34.552)	(27.174)
Pessoal	(26.133)	(19.509)
Serviços de terceiros	(2.254)	(2.506)
Localização e funcionamento	(3.649)	(3.370)
Publicidade e propaganda	(1.032)	(1.038)
Tributos	(378)	(249)
Diversas	(1.106)	(502)
f) Receitas financeiras	4.503	3.153
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	3.887	2.772
Juros recebidos	616	263
Descontos recebidos	-	115
Outras	-	3
g) Despesas financeiras	(435)	(482)
Despesas com tarifas bancárias	(126)	(109)
Despesas com juros sobre o capital próprio	(308)	(345)
Despesa com juros de financiamento	-	(7)
Outras despesas / fundo financeiro	(1)	(21)
h) Resultado patriomonial	649	-
Receitas patrimoniais	726	-
Despesas patrimoniais	(77)	-

15. PARTES RELACIONADAS

A Operadora mantém transações com empresas relacionadas conforme abaixo resumido:

	2013	2012
Pagamento de dividendos	4.839	-
Contas a receber com partes relacionadas (**)	-	380
Personal System Serviços Médicos e Odontológicos Ltda.		
Despesas com gestão de eventos indenizáveis (*)	3.450	4.524
Care Plus Negócios em Saúde Ltda.		
Despesas com gestão eventos indenizáveis (*)	482	313

(*) Refere-se a contrato de prestação de serviços de medicina preventiva e apoio aos beneficiários de planos de saúde, sendo os custos relacionados a essa prestação de serviços registrados na rubrica eventos indenizáveis.

(**) Foram firmados contratos de mútuos com diretores da operadora referentes a empréstimos concedidos, sendo os valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M- FGV), já liquidados em 2013.

A rubrica "Despesas Administrativas" inclui a remuneração paga aos Administradores no montante de R$ 1.626 (R$ 1.330 em 2012) que compreende, substancialmente, benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. A Operadora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2013	2012
Lucro antes das provisões tributárias e da reversão dos juros sobre capital próprio	18.969	9.708
(+/-) Adições e/ou exclusões	500	(70)
(+) Reversão dos juros sobre o capital próprio	307	345
(=) Base de cálculo	19.776	9.983
(=) Imposto de renda 15% e 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a 240 no exercício)	(4.920)	(2.472)
(=) Contribuição social sobre o lucro líquido - 9%	(1.780)	(898)

Créditos tributários

A Operadora utiliza a sistemática do Lucro Real e calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda, bem como da contribuição social são decorrentes de diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas sobre créditos que são provisões não dedutíveis até o momento de sua realização. O reconhecimento do ativo fiscal diferido foi realizado conforme a expectativa de sua realização.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. *Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência*

A RN nº 209 e suas alterações dispõem sobre os critérios de operação para as OPS, que estabelece:

(i) Valor mínimo do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no artigo 3 desta Resolução, calculado a partir da multiplicação do fator "K", obtido na Tabela do Anexo I à essa Resolução, pelo capital-base de R$ 5.002; atualizado monetariamente;

(ii) Margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações / prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido.
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo VIII da RN nº 313/12, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas, conforme seguem abaixo:

- Até dezembro de 2012: 35% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor da MS, em adição ao estabelecido no item I acima;
- Em dezembro de 2014: 41% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% (zero vírgula seiscentos e quinze por cento) do valor da MS, em adição ao estabelecido no item III acima;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Care Plus estava em conformidade com o requerido.

18. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Conciliação de aumento líquido de caixa e equivalente de caixa com lucro líquido

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	12.270	5.298
Depreciação e amortização	850	541
Compra de ativo imobilizado não liquidado financeiramente	23	23
Ganhos e perdas não realizados com TVM	72	-
Outros	103	147
Lucro líquido ajustado	13.318	6.009
Variações nos ativos e passivos:		
Variação dos títulos e valores mobiliários	(1.905)	(15.059)
Variação de créditos de operações com planos de assistência à saúde	65.785	47.985
Variação de contas a pagar	(45.473)	(38.855)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde	(7.836)	(3.759)
Variação de demandas judiciais	20	3
Variação de caixa líquido anterior	442	10.127
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.033	442

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Operadora mantém apólices de seguros de incêndio e responsabilidade civil geral para todas as empresas do Grupo, julgadas em montante suficiente para cobrirem eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros para danos materiais e responsabilidade civil era de R$ 8.000. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. GESTÃO DE RISCOS

Em decorrência de suas atividades, a Operadora assume riscos inerentes às suas operações relacionados com mercado, crédito, liquidez, sensibilidade à taxa de juros, entre outros, além dos riscos alheios ao seu controle como moratória, fechamento parcial ou total dos mercados, alteração na política monetária e risco soberano do país.

Dado que a Operadora mantém uma estrutura simplificada e suas operações não são complexas, a gestão de riscos se apoia na competência e experiência técnica e profissional de seus executivos. Não obstante, a Administração vem se empenhando na implementação e formalização de políticas e procedimentos que assegurem a manutenção de práticas modernas de gerenciamento de riscos e governança corporativa.

a) *Risco operacional*

Risco operacional é definido como a possibilidade de eventuais perdas decorrentes de erro, falha, deficiência ou inadequação de processos e procedimentos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Considera, também, o risco legal ligado à deficiência ou inadequação em contratos firmados pela Entidade, bem como a sanções pelo descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros.

A Administração da Operadora está permanentemente comprometida na obtenção das melhores práticas de mercado, implementando e utilizando metodologias e recursos, notadamente aquelas relacionadas à gestão de riscos, possibilitando a melhoria da gestão e conhecimentos das eventuais perdas e suas causas.

b) *Risco de crédito*

É o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra.

A Operadora mantém controles permanentes de seus contratos, adotando uma política de negociação de acordo com as práticas de mercado, características e necessidades de seus clientes. As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, consideradas como sendo de baixo risco de crédito.

c) *Risco de liquidez*

É o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros, que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A Operadora acompanha os prazos de liquidação de suas obrigações e liquidez de seus ativos financeiros, revisando, permanentemente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, notadamente os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Operadora.

Ativos financeiros	Liquidez imediata	A vencer em até 1 ano	Total
Disponível	6.703	-	6.703
Aplicações financeiras	56.723	-	56.723
Outros créditos a receber	-	5.326	5.326
Total	63.426	5.326	68.752

Passivos financeiros	Sem vencimento	A vencer em até 1 ano	Total
Débitos diversos	-	19.933	19.933
Provisões técnicas	21.728	-	21.728
Depesas de comercialização a pagar	-	225	225
Provisões para demandas judiciais	781	-	781
Eventos a liquidar	129	8.150	8.279
Total	22.638	28.308	50.946

d) *Risco de mercado*

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços.

A Operadora concorre com outras operadoras que atuam no mercado no mesmo segmento de planos de assistência à saúde e discute os riscos de mercado nas reuniões da Diretoria.

Análise de sensibilidade

A Operadora mantém seus ativos financeiros em aplicações de fundos de investimentos conservadores lastreados em títulos do Governo Federal, minimizando, assim, o risco de perda por oscilações de Mercado.

Apresentamos abaixo a sensibilidade do CDI em cada um dos cenários:

Instituição financeira	Posição em 31/12/2013	Risco
Itaú	16.368	Fundo de Investimento (CDI)
Santander	5.611	Fundo de Investimento (CDI)
HSBC	18.234	Fundo de Investimento (CDI)
Paribas	11.801	Fundo de Investimento (CDI)
JP Morgan	3.987	Fundo de Investimento (CDI)

Cenário provável %	Cenário provável Rendimentos	Cenário 2 %	Cenário 2 Rendimentos	Cenário 3 %	Cenário 3 Rendimentos
10,40%	840	9,40%	756	8,70%	705
10,40%	345	9,40%	310	8,70%	289
10,40%	646	9,40%	581	8,70%	542
10,40%	1.026	9,40%	923	8,70%	861
10,40%	978	9,40%	880	8,70%	821

21. OUTROS ASSUNTOS

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP nº 627) que:

(i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário;

(ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77, pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido; e

(iii) Parcelamento especial de Contribuição para o PIS/ PASEP e à Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social – COFINS.

A MP nº 627/13 encontra-se presentemente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil - RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas.

Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP nº 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. O novo regime tributário previsto na MP nº 627 passa a vigorar a partir de 2015, exceto se ocorrer a opção de antecipação a partir de 2014. A Administração não pretende optar pela antecipação e aguardará a regulamentação definitiva das alterações à redação original de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros.

DIRETORIA

ROBERTO LAGANÁ PINTO - Presidente

CONTADOR

ISAO YASUKAWA - CRC SP 1SP100774/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Diretores e Cotistas da
Care Plus Medicina Assistencial Ltda.
Alphaville – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Operadora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Operadora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Care Plus Medicina Assistencial Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Outros Assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2g, em função das alterações do modelo de publicação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram reapresentadas conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro.

São Paulo, 21 de março de 2014.

Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6